

Rio, 20 de novembro de 1969.

Senhor Ministro

Atendo ao seu público pregão, divulgado na "Columina do Castelo", do "Jornal do Brasil", ontem, 19 de novembro. Faço-o não na qualidade de Presidente da Fundação Nacional do Índio, mas em nome de 32 anos de magistério e como fundador de dois colégios, normal e comercial.

Acompanho a "Década da Educação" e vejo nela um excelente instrumento de mobilização, capaz de indicar "como alfabetizar rapidamente 30 milhões de brasileiros". Se nessa campanha, o Deputado João Calmon abordou os cinco itens do seu apêlo, parece-me que o quinto é o mais importante: "romper estruturas viciadas e propor modificações audaciosas".

A primeira modificação que pode ser feita estaria em pensar antes em capacitação, para o que não dispensa evidentemente, a alfabetização, mas antes que fim.

Quem faz a leitura dinâmica é mais alfabetizado do que capaz de leitura corrente. O tempo urge, quando as gerações mudam não mais em 30, senão em dez anos.

2) Por isso mesmo me obrigo a levar a Vossa Excelência o experimento que vem sendo feito na Fundação Nacional do Índio, para capacitar regentes de classes indígenas, sem esquecimento do idioma tribal e com vistas à integração nacional.

A primeira escola normal indígena, que tem o nome de Clara Camarão, será inaugurada em janeiro próximo, no P.I. de Guarita, no Rio Grande do Sul.

Seu currículo é de dois anos, em quatro séries, dedicação integral do aluno, períodos letivos de cinco meses, com um de férias. O programa abrange, além do Português, duas línguas indígenas, Kaingang e o Guarani, faladas pelas comunidades gaúchas. Não se prevê nenhuma língua estrangeira, dando-se ênfase à Economia Doméstica, aos rudimentos de agricultura, à preparação artesanal, ao conhecimento da ecologia dos grupos tribais sulinos.

Deixa de ser, assim, uma simples preparação de regentes de classes primárias, para transformar-se em capacitação à liderança.

O mesmo se programa em nossas escolas profissionais indígenas: formamos, em seis meses, um tratorista, um motorista, um agricultor, um pomicultor, um capataz agro-pecuário, alfabetizados no período.

Já temos um Posto Indígena, o de Palmas, no Paraná, onde 25% da população indígena se encontra na escola primária. Isto tudo com escassíssimos meios e o auxílio da Merenda Escolar, e de alguns Estados e Municípios, das Missões Religiosas e do Instituto Lingüístico de Verão.

Até agora, a FUNAI não obteve recursos diretos do Ministério da Educação, embora tutele cerca de 80.000 índios analfabetos.

3) Minha experiência como fundador de escolas - começou há 21 anos em Jacutinga, Estado de Minas Gerais, cidade que, hoje com 4.000 habitantes na sede, tem metade nas diversas escolas. Não previa a legislação da época, a "Cooperativa de professores", mas adotamos esse sistema e os mestres lecionaram - cinco anos sem receber, para comprar todo o equipamento da nossa Escola Técnica de Comércio, hoje Colégio Comercial Santo Antônio, com quase 300 alunos, ministrando os cursos básico e colegial. Hoje, os professores recebem, no período letivo apenas, dois cruzeiros por aula.

Sob o mesmo sistema foi fundada a Escola Normal, hoje Colégio Normal Santo Antônio, em 1962.

O Ministério da Educação propiciou aos alunos, em 1967 e 1968, bolsas de estudo, não recebidas em 1969; aos professores deu, uma vez, complementação de salário. Mas o Conselho Nacional de Serviço Social, lhe negou registro e, por isso, eles estão pagando, além do desconto de 8%, os 17% que devem os patrões ao I.N.P.S.

Acredito que muitos possam lecionar gratuitamente; mas é preciso acudir os que vivem exclusivamente do magistério, na iniciativa privada.

4) A FUNAI está mobilizando a juventude, com os seus Cursos Piloto de Indigenismo, que formam artesões, capatazes agro-pecuários, enfermeiros e professores indígenas.

Garante-lhes a alimentação e uma ajuda de custo, de cem a trezen-
tos cruzeiros mensais. Assim obteve, êste ano, cerca de 50 bolsis-
tas e estagiários, que emprestaram excelente colaboração à FUNAI,
na capacitação do índio.

Será que processo semelhante não poderia ser usa-
do pelo MEC? Oferece a vantagem de não implicar em nomeação, nem
sequer em contrato trabalhista: são alunos-bolsistas e estagiári-
os - que ensinam, constroem escolas, promovem a capacitação à li-
derança.

5) Eis algumas sugestões. Não as tome, Senhor Mi-
nistro, como partidas de um elemento do Governo, que estaria -
elidindo a natural subordinação hierárquica ao seu Ministro de -
Estado. Partiram de um velho professor, às vespersas do seu cin-
quentenário e são ditadas antes pela experiência e pelo fervor -
patriótico.

Receba, finalmente, os protestos do meu mais al-
to apreço.

Excelentíssimo Senhor
Gen. Jarbas Gonçalves Passarinho
M.D. Ministro da Educação